GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional
Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC
Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional
Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Elisangela Alves da Silva Scaff
Marília Fonseca
(Organizadoras)

GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL

MERCADO® LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gestão e planejamento da educação básica nos cenários nacional e internacional / Elisangela Alves da Silva Scaff, Marília Fonseca, (organizadoras). -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. -- (*Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador*)

ISBN 978-85-7591-450-2

1. Educação básica 2. Gestão escolar 3. Pedagogia 4. Planejamento educacional 5. Prática de ensino 6. Sala de aula – Direção I. Scaff, Elisangela Alves da Silva. II. Fonseca, Marília. III. Série.

16-06703 CDD-371.207

Índices para catálogo sistemático:
1. Planejamento educacional :
Administração escolar : Educação 371.207

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Reinaldo Azambuja
Governador

Secretaria de Estado de Cultura, Turismo,
Inovação e Empreendedorismo
Athayde Nery
Secretário

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino,
Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect)
Marcelo Augusto Santos Turine
Presidente

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
© MERCADO DE LETRAS®
VR GOMIDE ME
Rua João da Cruz e Souza, 53
Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116
Campinas SP Brasil
www.mercado-de-letras.com.br
livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição
SETEMBRO2016
IMPRESSÃO DIGITAL
IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98. É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9
João Ferreira de Oliveira

APRESENTAÇÃO 15
Elisangela Alves da Silva Scaff e *Marilia Fonseca*

Parte 1 – PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

capítulo 1
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 25
Marília Fonseca

capítulo 2
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O PLANEJAMENTO COMO OPORTUNIDADE DE EXERCÍCIO DA AÇÃO PÚBLICA 45
Eliza Bartolozzi Ferreira

capítulo 3
PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA PARA À CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO 65
Alda Maria Duarte Araújo Castro e *Antônio Cabral Neto*

capítulo 4
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 20.9 DO PNE À LUZ DO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM AMBIENTE FEDERATIVO 93
Paulo Sena

Parte 2 – O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

capítulo 5
PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS À PESQUISA EM REDE 117
Elisângela Alves da Silva Scaff e
Regina Tereza Cestari de Oliveira

capítulo 6
O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL 143
Cibele Maria Lima Rodrigues

capítulo 7
DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO PAR EM MATO GROSSO DO SUL 167
Maria Alice de Miranda Aranda, Vilma Miranda de Brito e
Celeida Maria Costa Souza e *Silva*

Parte 3 – PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL: PARTICULARIDADES DA AMÉRICA LATINA, ÁFRICA E EUROPA

capítulo 8
A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: CAMINHOS RECENTES E TENDÊNCIAS FUTURAS 205
Belmiro Gil Cabrito

capítulo 9
LA PLANIFICACIÓN Y ORGANIZACIÓN DE
LA EDUCACIÓN BÁSICA EN EL PERÚ. 233
Henry Hugo Alarcón Diaz e *Mitchell Alberto Alarcón Diaz*

capítulo 10
EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO 1984-2015:
TRES DÉCADAS DE TENSIONES, CONTINUIDADES
Y CAMBIOS DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS 253
Lucas Krotsch

capítulo 11
A EDUCAÇÃO NO PLANO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA 277
Isaac Paxe

SOBRE OS AUTORES 297

PREFÁCIO

A luta pelo fim do Regime Militar no Brasil representou, especialmente no campo da educação, a esperança de construção de uma sociedade democrática na forma e no conteúdo, o que implicava no planejamento, na elaboração e na implementação de políticas públicas que garantissem a educação como direito social. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 consubstanciou esse direito ao afirmar que **"**A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A redemocratização do país, a partir dos anos de 1980, consubstanciou uma espécie de bloco democrático-popular que buscou pautar políticas, programas e ações no campo da educação, o que resultou em experiências de planejamento democrático e de participação coletiva, que conceberam a educação como uma prática e um direito social. A demanda social pela educação pública de qualidade para todos(as) se ampliou no contexto de luta pela construção de um *estado social*. Lutar pela educação pública significava lutar pela ampliação da gratuidade e pela extensão da obrigatoriedade, sobretudo na educação básica. Além disso, demandou-se como princípio do planejamento educacional a gestão democrático-participativa e a ampliação da autonomia docente e escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da

escola. Isso se dá em um contexto de descentralização da educação em que estados e municípios criam e assumem mais efetivamente seus sistemas de ensino, tendo por base o princípio do regime de colaboração entre os entes federados.

A pauta de luta no campo da educação vai se ampliando no sentido de garantir a formação, valorização e desenvolvimento profissional, a extensão no ano letivo e da jornada escolar, de promover condições de oferta da educação pública, articuladas a uma perspectiva de qualidade social da educação, face **às enormes** desigualdades sociais e assimetrias existentes no Brasil. O padrão mínimo de qualidade foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Todavia, a luta política não foi capaz de fazer com que o planejamento educacional assumisse essa diretriz, de modo a promover a sua efetivação, de forma articulada e igualitária, nos sistemas de ensino.

Não se pode esquecer, todavia, que nesse mesmo contexto sempre se fez presente uma perspectiva liberal-capitalista de que a educação é um bem econômico e que cumpre um papel na composição da força de trabalho, especialmente no sentido de atender às demandas econômico-produtivas do capitalismo. Esse viés mercadológico vê a educação pela ótica do seu potencial na contribuição para a elevação da competitividade do país, no contexto da globalização econômica. Para isso, considerando as necessidades de qualificação da força de trabalho e de potencial de consumo, busca-se elevar, em certa medida, o tempo de escolarização da força de trabalho e da população em geral.

Nessa perspectiva economicista, a educação deve apoiar o processo de acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que promove a legitimação do sistema e a garantia da ordem e do controle social. Trata-se de fazer com que a educação acompanhe o desenvolvimento ou as demandas do capitalismo globalizado, mediante implementação de novas formas de regulação do trabalho e da vida social.

Nesse contexto, especialmente a partir dos anos 1990, as políticas educacionais, especialmente nas áreas de avaliação, financiamento, currículo e gestão, passaram a assumir uma perspectiva mais gerencial e de qualidade total, orientada por uma espécie de pedagogia da concorrência, dos resultados e da produtividade. Nessa direção, a avaliação vai se tornando mais classificatória e competitiva; o currículo vai assumindo uma lógica do desenvolvimento de competências e de capacidades individuais; a gestão vai assumindo uma perspectiva gerencial, incorporando os princípios, valores e técnicas da iniciativa privada, tais como eficiência, produtividade e controle sobre o trabalho escolar; o financiamento, mais descentralizado, vai criando outro modo de regulação dos sistemas, que se associa à execução de metas e demonstração de desempenho e *performance*; dos professores cobra-se maior desempenho, mediante a instituição de novas formas de controle profissional, de certificação de competências, de remuneração e incentivos por cumprimento de metas de desempenho.

Chegamos ao século XXI vivenciando essas tensões e essas perspectivas na luta em prol da constituição de políticas públicas e de planejamento no campo da educação. Nos anos 2010 e 2014 vivenciamos no país duas conferencias de educação que buscaram resgatar o ideário que mobilizou a sociedade civil organizada nos anos da redemocratização do país. Essas duas conferências focaram na necessidade de instituir um Sistema Nacional de Educação (SNE) e de elaborar e fortalecer um Plano Nacional de Educação (PNE) como seu articulador. O PNE finalmente foi aprovado em 2014 por meio da Lei nº 13.005, trazendo metas e estratégias importantes para o avanço da educação como direito social no país.

Há, todavia, grandes desafios para a instituição do SNE, dentre os quais se pode destacar quatro deles que estão interligados: o primeiro é o do diálogo político necessário entre os entes federados, incluindo as entidades civis organizadas, o Fórum Nacional de Educação (FNE), o Congresso Nacional etc., no contexto de ampliação e de (re)definição do regime de colaboração, tendo em

vista a oferta de educação de qualidade para todos(as); o segundo é o da formatação do marco legal, das instâncias, dos mecanismos e processos que vão dar a institucionalidade necessária ao SNE, de modo a permitir os avanços necessários; os entes federados precisarão assumir o firme propósito de promover maior articulação e colaboração até chegar à materialidade do SNE que queremos construir em prol da melhoria da educação brasileira; em terceiro lugar, um grande desafio será garantir a efetividade da meta 20 do PNE, que prevê a ampliação dos recursos para a educação até chegar aos 10% do PIB, sobretudo num contexto de crise econômica; o quarto desafio é mantermos o PNE como referência das políticas e do planejamento educacional, trabalhando para sua efetivação, de modo articulado aos planos estaduais e municipais. O PNE foi uma grande conquista da sociedade brasileira e não pode ser letra morta como foi o anterior.

Assim, a institucionalização do SNE implica ampliar o diálogo no sentido de construir consensos em prol da educação de qualidade para todos(as). O PNE como referência deve ser o balizador das políticas, programas e ações nas três esferas administrativas de governo. De fato, a fragmentação, a descontinuidade, a desarticulação e a falta de uma institucionalidade para uma efetiva colaboração têm impedido que milhões de brasileiros usufruam do direito de acessar e permanecer numa educação escolar de qualidade, sobretudo na faixa etária obrigatória (de 4 a 17 anos). O PNE e o SNE são fundamentais nessa direção, pois implicam num planejamento para 10 anos, com meios, mecanismos e processos para sua efetivação.

É nesse contexto, que Elisangela Alves da Silva Scaff e Marília Fonseca publicam este livro: G*estão e o planejamento da educação básica nos cenários nacional e internacional*, produzido em rede, a partir de pesquisa e de esforço de reflexão nacional e internacional. A gestão e o planejamento no contexto histórico e atual, nacional e internacional, são tomados como objeto de estudo, considerando, sobretudo, suas interfaces e disputadas no campo da formulação, da implementação e dos resultados das políticas públicas.

O livro reúne pesquisadores nacionais e internacionais, estando organizado em três partes. Na *Parte 1 – Planejamento e organização educacional no Brasil*, o planejamento é tratado à luz das concepções, políticas e práticas da ação pública e da experiência brasileira, tendo em vista a construção e institucionalização do Sistema Nacional de Educação, mediante a efetivação do Regime de Colaboração no contexto Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Na *Parte 2 – O planejamento da educação básica no Plano de Ações Articuladas (PAR),* explicita-se os avanços e desafios do planejamento e da gestão educacional no Brasil, a exemplo da experiência recente do Plano de Ações Articuladas (PAR) promovida pela Ministério de Educação em articulação com estados e municípios.

Finalmente, na *Parte 3 – Planejamento e organização educacional: particularidades da América Latina, África e Europa*, amplia-se o diálogo sobre a gestão e o planejamento, considerando os caminhos recentes e as tendências futuras da educação em Portugal, a planificação e organização da educação básica no Peru, as tensões, continuidades e mudanças do sistema educativo da Argentina, decorrentes, sobretudo, das políticas educativas das últimas décadas e, ainda, a situação do planejamento educacional em Angola, tendo por base a recente luta pelo direito e pela organização da oferta educacional naquele país.

Este livro traz, pois, uma contribuição significativa para formuladores de políticas, estudiosos, gestores, professores e estudantes do campo da educação que estejam interessados em compreender e refletir sobre as políticas públicas e sobre a gestão e o planejamento da educação no contexto atual, mas considerando o passado, o presente e o futuro da luta em prol do direito a uma educação de qualidade social para todos no cenário nacional e internacional.

Goiânia, 27 de dezembro de 2015.
João Ferreira de Oliveira
Presidente da ANPAE – Associação Nacional de
Política e Administração da Educação

APRESENTAÇÃO

A aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o consequente desencadeamento do processo de elaboração de planos pelos demais entes federativos brasileiros, traz à cena o debate acerca do planejamento educacional, apontando avanços, limites e desafios a serem enfrentados pelos 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios.

O planejamento estatal, no Brasil, viveu o seu período mais intenso na década de 1970, quando vigorava o regime militar e a política econômica era guiada pelos chamados *planos de desenvolvimento* (PNDs). O início da década de 1980 caracterizou-se como um período de aguda crise econômica decorrente do aumento da inflação e da quase falência do Estado. A política de crescimento foi substituída no final da década pelo combate à inflação e a estabilização econômica e financeira. O papel do Estado centrou-se na consecução dos ajustes estruturais, comandados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O fortalecimento do planejamento do Estado brasileiro foi retomado a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, ao estabelecer que o Poder Executivo deve elaborar planos plurianuais, nos quais serão especificados, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública

federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada. Assim, a gestão pública passa a orientar-se por três novos instrumentos – a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – que consolidam o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento das Empresas Estatais.

O planejamento estatal atua como elemento técnico para prover o País de uma estrutura econômica e como meio de proporcionar as condições para definir as ações prioritárias e os seus beneficiários preferenciais. Nesse sentido, o ato de planejar é também político e reflete o a feição ideológica de cada gestão governamental. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que os planos foram efetivamente executados. Na área educacional, o objetivo central foi o de preparar as instituições do nível básico ao superior para desenvolverem métodos descentralizados de gestão e de planejamento para alcançar a sua autonomia gestionária e financeira.

Em 2003, o presidente Lula da Silva assumiu o governo do País com o objetivo central de promover o desenvolvimento com justiça social que, segundo mensagem presidencial ao Congresso Nacional, significa o estabelecimento de "[...] parcerias criativas e transformadoras, a partir da construção de amplos consensos sociais" (Brasil 2003). Na segunda gestão (2007-2010), foi instituído o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com a intenção de mobilizar a sociedade em prol da melhoria da qualidade educacional. O Plano de Ações Articuladas (PAR) foi definido como meio para dar materialidade ao PDE, mediante o provimento de assistência técnica e financeira aos municípios. Atende-se, desse modo, ao disposto constitucional que recomenda a prioridade do regime de colaboração entre os entes federativos.

O planejamento da educação nacional se constitui em objeto de estudo da Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento

e Gestão Educacional (REPLAG) desde o início dos anos 2000. Tal rede de pesquisa está constituída pelos seguintes grupos de pesquisa: "Estado e Políticas Públicas de Educação" (GEPGE/UFGD), "Políticas Públicas e Gestão da Educação" (UCDB), "Política e Planejamento Educacional" (UFES) e "Gestão, Política, Planejamento Educacional e História Étnico Racial" (UEMS).

O trabalho coletivo do grupo possibilitou, nos últimos cinco anos, a aprovação de cinco projetos de pesquisa por agências de fomento nacionais e estadual, quais sejam: "Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)" (2010-2012), e "Valorização docente no Plano de Ações Articuladas (PAR): análise de municípios sul-mato-grossenses", financiados pelo CNPq (2013-2015).

Com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) encontram-se em desenvolvimento os projetos: "O Desafio do PAR em Escolas de Ensino Fundamental" (2013-2016), "Parcerias público privadas em municípios sul-mato-grossenses: uma análise a partir do plano de ações articuladas – PAR" (2014-2016) e "Planejamento da educação em municípios sul-mato-grossenses: implicações para a gestão democrática e o direito à educação" (2015-2017).

A trajetória do grupo, bem como a sua integração com outros grupos de pesquisa em nível nacional e internacional, possibilita a consolidação da Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional (REPLAG), cujos resultados das pesquisas desenvolvidas encontram-se sistematizados nesta obra.

O objetivo desta coletânea é o de apresentar e discutir as implicações teóricas e metodológicas implícitas ao ato de planejar, tanto em nível nacional quanto internacional. Em âmbito nacional,

a obra confere especial destaque ao Plano de Ações Articuladas (PAR), objeto de estudo da REPAG nos últimos oito anos.

A primeira parte do livro é constituída por quatro capítulos atinentes ao planejamento educacional no Brasil contemporâneo, de modo a contextualizar o contexto político em que é efetivada a formulação e a implantação do Plano de Ações Articuladas (PAR).

O primeiro capítulo é de autoria de Marilia Fonseca. Intitulado "Concepções e práticas de planejamento educacional: reflexões a partir da experiência brasileira", analisa os conceitos que deram suporte teórico e metodológico ao processo de planejamento que se desenvolveu no Brasil, a partir da segunda metade do Século XX. Recupera e atualiza discussões que vêm sendo amadurecidas no âmbito da Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional – REPLAG, desde o ano de 2009.

A seguir, Eliza Bartolozzi Ferreira discorre sobre as "Políticas educacionais no Brasil do início do século XXI: o planejamento como oportunidade de exercício da ação pública", desenvolvendo uma reflexão sobre a crescente importância do planejamento educacional como instrumento de mediação entre a União e os entes federados, em um contexto no qual as políticas públicas são questões de decisão com participação de múltiplos atores sociais, além do Estado. As reflexões elaboradas pela autora objetivam contribuir no debate e no desenvolvimento de pesquisas que buscam investigar como os atores sociais se apropriam de seu território e como se engajam na experiência do planejamento.

O terceiro capítulo intitula-se "Planejamento e gestão educacional: uma articulação necessária para à construção do sistema nacional de educação". De autoria de Alda Maria Duarte Araújo Castro e Antônio Cabral Neto, o capítulo discute a necessidade da articulação entre planejamento e gestão para a consecução das políticas públicas. Parte do pressuposto que os processos de planejamento governamental e de gestão pública

devem ser necessariamente, entendidos em sua articulação como as diferentes concepções de Estado e de práticas políticas que o estado vai assumindo ao longo do seu desenvolvimento histórico.

No quarto capítulo, "O regime de colaboração no Plano Nacional de Educação: análise da estratégia 20.9 do PNE à luz do planejamento da educação básica em ambiente federativo", Paulo Sena discorre sobre a regulamentação da cooperação federativa, da articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, bem como do equilíbrio federativo e combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste. O autor identifica e discute duas proposições em tramitação na Câmara dos Deputados que respondem ao que preceitua a estratégia 20.9 do PNE: os Projetos de Lei Complementar-PLPsnºs15/11 e 413 /14.

A segunda parte compõe-se de três capítulos que apresentam e discutem os resultados das pesquisas desenvolvidas sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR) em diferentes regiões brasileiras. Assim, no capítulo quinto, "Planejamento e Gestão Educacional: avanços e desafios à pesquisa em rede", de autoria de Elisangela Alves da Silva Scaff e Regina Tereza Cestari de Oliveira, apresenta-se relato das atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito da Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional – REPLAG, constituída a partir da associação de cinco grupos de pesquisa dedicados ao tema "Planejamento e Gestão Educacional".

O sexto capítulo, intitulado "O Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios da região norte do Brasil", de autoria de Cibele Maria Lima Rodrigues, se propõe a discutir o planejamento municipal por meio das diretrizes contidas no PAR de municípios de pequeno porte da região Norte. A pesquisa foi realizada em quatro estados da Região Norte, abarcando dez municípios e vinte escolas. Por meio de estudo qualitativo, a pesquisa buscou mapear elementos comuns e a diversidade de interpretação em relação à execução do PAR.

No capítulo sete, as autoras Maria Alice de Miranda Aranda, Vilma Miranda de Brito e Celeida Maria Costa Souza e Silva refletem sobre os "Desafios à implementação do PAR no estado de Mato Grosso do Sul". O estudo toma como lócus os municípios de Ponta Porã, Dourados, Coxim e Corumbá e aponta os desafios a serem enfrentados em relação à implementação do PAR no MS. Conclui que o PAR é um instrumento de planejamento e que propicia reflexão e indica encaminhamentos concretos para a garantia de uma educação de qualidade para todos, mas também evidencia um rol de desafios a serem superados com vistas ao fortalecimento da gestão da educação básica pública em direção a um planejamento pautado numa concepção transformadora, crítica e participativa, com vistas a efetivação da gestão democrática da educação brasileira.

Em sua terceira parte, a obra traz contribuições de estudos desenvolvidos em países da Europa, América Latina e África. Assim, no capítulo oitavo, Belmiro Gil Cabrito discute "A educação em Portugal: caminhos recentes e tendências futuras". O texto aponta a desresponsabilização progressiva do Estado com a educação básica, justificada pela "necessidade" de descentralizar a educação no país, evidenciando o risco de aumentar as assimetrias regionais e de ferir a coesão nacional.

O texto "La planificación de la educación básica en el Perú", de autoria de Henry Hugo Alarcón Diaz e Mitchell Alberto Alarcón Diaz, compõe o capítulo nove, no qual se apresenta e analisa a descentralização educativa no Peru, bem como o papel do Ministério da Educação em articular as etapas, níveis e modalidades de ensino, mantendo sua unidade por meio dos currículos nacionais básicos.

No capítulo dez, intitulado "El sistema educativo argentino 1984-2015: tres décadas de tensiones, continuidades y cambios de las políticas educativas", Lucas Krotsch discute o planejamento do sistema educativo argentino a partir da reforma desencadeada desde o ano de 2006, buscando apontar suas características, bem como o

contexto socioeconômico em que se realizam e suas continuidades e rupturas no que se refere ao planejamento da educação nacional.

O capítulo onze, de autoria de Isaac Paxe, discute "A Educação no Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola", buscando destacar os desafios que se apresentam ao país depois da guerra (1975-2002) na perspectiva da alfabetização e da escolarização de todos para a promoção das qualificações técnico-profissionais e da formação de nível superior.

As organizadoras desta coletânea esperam que as análises apresentadas possam dar a conhecer as questões teóricas e metodológicas que subjazem ao ato de planejar, bem como as especificidades do planejamento da educação nacional em países de diferentes continentes. O grupo de pesquisa terá o seu esforço recompensado se os resultados das pesquisas sistematizados nesta obra puderem elucidar as dúvidas referentes aos ganhos e às dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais e pelas escolas no decorrer dos quase sete anos da implantação do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Elisângela Alves da Silva Scaff
Marilia Fonseca